APROVADA S/ RETIFICAÇÕES EM 09.06.99.

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

A T A

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO QÜINQUAGÉSIMO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA.

Às nove horas do dia cinco de maio de mil novecentos e noventa e nove, no Plenário **"ESTÁCIO PEREIRA DE MELLO"**, sito na Avenida Ene Garcez, número mil duzentos e sessenta e quatro, na Cidade de Boa Vista, Capital de Roraima, deu-se a Vigésima Primeira Sessão Ordinária do Qüinquagésimo Primeiro Período Legislativo da Sétima Legislatura da Câmara Municipal de Boa Vista, sob a Presidência da Senhora Vereadora **SÔNIA MARIA BACELAR FERREIRA**, secretariada pelo Senhor Vereador **ANTÔNIO FRANCISCO BESERRA MARQUES,** que fez constar a presença dos seguintes vereadores: **ALFONSO RODRIGUES DO VALE, BRAZ ASSIS BEHNCK, EUGÊNIA GLAUCY DE MOURA FERREIRA, ILKA MACEDO MALLA, JADER LINHARES, JESUS NAZARENO LARANJEIRA, MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA VENTURA, MARIA DE LOURDES PINHEIRO, NATANAEL ALVES DO NASCIMENTO, OTONIEL FERREIRA DE SOUZA, OTÍLIA NATÁLIA PINTO LATGÊ, PARIMÉ BRASIL, TEREZA CRISTINA NOGUEIRA PAIM e VINGTUM GOUVEIA PRAXEDES.** Ausência justificada do seguinte Vereador: **JOSÉ IVANILDO DE SOUZA PEREIRA.** Havendo quorum regimental, a Senhora Presidente declarou aberta a Sessão e colocou para apreciação a ATA do dia 14.04.99, a qual foi aprovada sem retificação, passando-se em seguida para a **LEITURA DOS EXPEDIENTES**: **I - EXPEDIENTES ORIUNDOS DIVERSOS – Of. 386/99/CART/JIJ**, datado de 29 de abril de 1999, recebido do juizado da Infância e da Juventude de Roraima, informando que foram tomadas as devidas ações referentes a Sindicância Administrativa impetrada pelo Vereador Otoniel Ferreira de Souza através do requerimento n°002/99. **Of. 038/99/GAB/DMRTRAN/SEMSIT**, datado de 29 de abril de 1999, recebido do Departamento Municipal Rodoviário e de Trânsito, encaminhando Parecer Técnico n.° 021/99 da Divisão de Engenharia de Trânsito para conhecimento desta Casa Legislativa em resposta ao Of. N.° 069/99 – DTL. **II – EXPEDIENTES ORIUNDOS DOS VEREADORES – Prestação de Contas** do Município de Boa Vista referente ao Exercício de 1998. **Indicação n.° 214/99,** de autoria do Vereador Parimé Brasil, solicitando da Secretária da Educação, Cultura e Desporto, que a Escola Luiz Ribeiro Lima, passe a Ter aulas de 1° e 2° graus nos períodos diurno e noturno no bairro Jardim Equatorial. **Indicação n.° 215/99,** de autoria do Vereador Parimé Brasil, solicitando do Secretário Municipal de Trânsito, a colocação de lombadas (quebra-molas) na Av. Argentina que passa ao lado da Escola Maria Nilce Brandão no bairro Cauamé. **Indicação n.° 216/99,** de autoria do Vereador Parimé Brasil, solicitando do Comandante da Polícia Militar, rondas ostensivas diurnas e noturnas no Bairro 31 de Março. **Indicação n.° 217/99,** de autoria do Vereador Parimé Brasil, solicitando do

Secretário de Estado da Saúde, que estude a possibilidade de realizar cursos de Relações Humanas na família e no trabalho para os funcionários que trabalham no Posto de Saúde do 13 de Setembro. **Indicação n.º 218/99,** de autoria do Vereador Parimé Brasil, solicitando do Comandante da Polícia Militar, rondas ostensivas diurnas e noturnas no bairro Caranã. **Indicação n.º 219/99,** de autoria do Vereador Parimé Brasil, solicitando do Comandante da Polícia Militar, rondas ostensivas diurnas e noturnas no bairro Jardim Floresta II. **Indicação n.º 220/99,** de autoria do vereador Parimé Brasil, solicitando do Diretor Municipal de Serviços Públicos e Interior, que a coleta de lixo cumpra o calendário conforme os dias marcados no bairro Jardim Floresta II. **Indicação n.º 221/99,** de autoria do Vereador Jesus Laranjeira, solicitando do Prefeito Municipal, que estude a possibilidade de realizar a limpeza pública e o asfaltamento da rua Jabuticaba no bairro Nova Cidade. **Indicação n.º 222/99,** de autoria do Vereador Jesus Laranjeira, solicitando do Prefeito Municipal, que estude a possibilidade de realizar o asfaltamento da rua Alameda das Pampolhas no bairro Pricumã. **Indicação n.º 223/99,** de autoria do Vereador Jesus Laranjeira, solicitando do Prefeito Municipal, que estude a possibilidade de concluir o asfaltamento da Rua Araraquara entre a Av. Ville Roy e Benjamim Constant no bairro São Vicente. **Indicação n.º 224/99,** de autoria do Vereador Otoniel Ferreira de Souza, solicitando do Prefeito Municipal, serviços de drenagem, terraplanagem, asfaltamento e iluminação na Rua D, localizada no bairro Jardim Floresta. **Indicação n.º 225/99**, de autoria do vereador Otoniel Ferreira de Souza, solicitando do Prefeito Municipal, que estude a possibilidade de fazer a recuperação com serviços de drenagem, terraplanagem e asfaltamento da Rua Ipê localizada no Conjunto Pricumã III. **Indicação n.º 226/99,** de autoria do vereador Otoniel Ferreira de Souza, solicitando do Prefeito Municipal, a conclusão com serviços de drenagem, terraplanagem e asfaltamento de um pequeno trecho na rua José Aleixo, localizada no bairro da Liberdade mais precisamente entre a rua Jesus Cruz e a rua Guilherme de Brito. Após a Leitura dos Expediente passou – se para o **PEQUENO EXPEDIENTE,** o qual não houve nenhum Vereador inscrito para o mesmo, em seguida passou –se para o **GRANDE EXPEDIENTE.** Com a palavra o Vereador **OTONIEL FERREIRA DE SOUZA** – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, primeiramente eu quero comunicar a Casa, conforme já lido no Expediente pelo nosso Secretário, Vereador Titonho, ofício 386 datado de 29 de abril de 1999, da lavra do juiz de Direito Titular do Juizado da Infância e da Juventude, Dr. Mauro Campelo. O Juiz diz que foram determinadas as devidas ações referente sindicância administrativa feita através do Requerimento n.º 002/99 de autoria do Vereador Otoniel Ferreira de Souza. Esse documento, senhora Presidente, é exatamente relativo a questão do clube do Servidor, ou seja, o Juiz de Direito entendeu inclusive que deveria ser feito um trabalho e um fiscalização séria sobre esta questão. Eu queria que a D. Ivone Salucci pudesse ter acesso a uma cópia desse documento para mais uma vez ela ficar informada e bem informada e que a Câmara Municipal tem tido a preocupação de discutir todos os assuntos inerentes a essa questão da violência envolvendo crianças e adolescentes, tanto é prova que o juiz atende uma das nossas solicitações ou reivindicações como queira, esse é registro. Agora nós gostaríamos de chamar a atenção de um fato que eu considero de extrema relevância. Mais uma vez o jornal "FOLHA DE BOA VISTA" demonstra a sua preocupação com relação a uma questão interessante que é a questão das invasões de terras

na cidade de Boa Vista. - Eu queria aqui senhora Presidente aproveitar essa matéria para que nós pudéssemos desenvolver um trabalho na casa, junto a Prefeitura Municipal com relação a esse problema. Observe só , a Prefeitura Municipal de Boa Vista, O Governo do Estado de Roraima têm programas de atendimento a famílias carentes do estado de Roraima no que diz respeito a concessão de lote de terras urbanas, dentro do perímetro urbano e suburbano de desenvolvimento urbano na cidade de Boa Vista. Todo cidadão que queira e que necessite de um lote de terra pode ir à EMHUR (Empresa Municipal de Urbanismo) fazer sua inscrição que a Prefeitura lhe concede um lote de terra para morar, ajuda inclusive ainda com parcela do material, telha, madeira, cimento etc. O Governo do Estado na mesma forma oferece essa condições para que alguém possa ali iniciar uma pequena habitação, um embrião para uma casa no futuro. Hoje o que se vê, na cidade de Boa Vista, é uma indústria de invasores que aproveitam-se inclusive da fragilidade do poder público e a morosidade do Poder Judiciário para invadir, esbulhar, depredar o patrimônio privado de pessoas que acreditando no desenvolvimento do Estado, investiram milhões de reais na aquisição de lotes de terras urbanas como uma poupança para o futuro. São investimentos estes e que adquirentes compraram os imóveis, fizeram suas escrituras através inclusive de próprio município onde ele paga o laudêmio, paga a averbação, paga o registro no Cartório de imóveis e para religiosamente todos os anos o IPTU. Agora, grupos de desocupados se reúnem e passam a invadir essas propriedades assim aleatoriamente, sem que alguém fizesse alguma coisa, apenas o Ex-Deputado e Conselheiro do Tribunal de Contas, Henrique Machado teve a coragem de antes mesmo de propor um ação de despejo junto a justiça local, de ir lá e demolir os barracos que eram feitos dentro da sua propriedade. Eu inclusive, mesmo sendo contra a violência apoio, porque o cidadão que não defende o seu próprio patrimônio, consequentemente não tem legitimidade, nem personalidade para querer defender o patrimônio dos outros. Veja bem, este fato está ocorrendo diariamente, eles tiveram inclusive a petulância de acompanhados de um pseudo representante do povo, de invadir propriedades hoje, aqui no bairro Caranã, de área pertencente a Base Aérea e de áreas privadas inclusive algumas pertencentes a Empresa Neudo Campos Empreendimento Imobiliários, que é de propriedade do Governador. Nesse caso específico, a polícia chegou imediatamente composta com 4 camburões da PM lotados de soldados e fizeram o despejo imediatamente, só que em propriedades particulares de pessoas comuns esse fato vêm se repetindo a cada dia. A Prefeitura Municipal, através de seu código de posturas, tem poder de polícia, e se alguém está invadindo uma propriedade e ali iniciando as edificações, sem que preencham evidentemente os requisitos exigidos por lei baseado na lei 6679/74. Olha Senhora Presidente, os Vereadores nem se quer observaram que eu fui inscrito no Grande Expediente, estão querendo dizer que já terminou o tempo. Com aparte o Vereador **PARIMÉ BRASIL** – Eu tenho como um Vereador sensato e não precipitado, nós estávamos fazendo um sinal para o Vereador Titonho, não tem nada haver com o discurso de Vossa Excelência, nem com o tempo que Vossa Excelência ocupou, mesmo porque ouvi-lo nesta Casa é sempre um grande prazer. Continuando o Vereador **OTONIEL** – Fica aqui portanto as minhas desculpas . Eu retiro a minha colocação inicial. Baseado nestas denúncias a Folha de Boa Vista tem noticiado quase que diariamente um fato material sobre essas invasões. Chamado para a questão que abordo, a Prefeitura Municipal

tem instrumento, meios legais inclusive para impedir que essas invasões se prossigam, até porque para eu alguém edifique alguma benfeitoria no perímetro urbano e desenvolvimento urbano da cidade de Boa Vista ou de qualquer município necessariamente tem que obedecer os preceitos da lei 6679/74, porque ele precisa de ter uma licença de construção, um alvará autorizativo, Prefeitura ainda não se deu conta e dá essa permissiabilidade, ou seja, omite-se em fiscalizar e coibir esses abusos. Ora Senhora Presidente, é de lamentar que um cidadão comum adquira como disse, através de Escritura Pública de compra e venda, conseguir o seu patrimônio e rapidamente vê ele invadido, como ocorreu com o dono da Sguário, uma área aqui no Jardim Floresta, muito recentemente como o Senhor Arnaldo Carneiro, invadiram a sua propriedade. Quando o dono chega munido de todo os seus documentos par comprovar que essa propriedade lhe pertence, ainda é simplesmente agredido, ou seja, tornou-se isso uma prática em virtude da ausência do poder Público para coibir esses abusos e aí daqui que o cidadão vá constituir um advogado, pagar altos honorários para interpor judicialmente para interpor por ação de reintegração de posse, é tempo. E muito recentemente, eu não sei se Vossa Excelência soube, o Jornal Folha de Boa Vista publicou um reintegração de posse, ali próximo ao CSE, eu estava já aproximadamente oito meses, com algumas edificações de médio e grande porte, ou seja, um cidadão chega em Boa Vista não procura os órgãos competentes como a Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social do Governo, não procura a Secretaria de Ação Social do Município, não procura a EMHUR para que possa adquirir legalmente um terreno para que possa ali construir um imóvel, simplesmente o afã e pela facilidade que tem e ainda o induzido de pseudo representantes do povo nessas invasões, aí invadem, depuram, engulham as propriedades particulares. Eu quero pedir a Vossa Excelência que façam um Expediente ao Prefeito Municipal pedindo que seja determinado do Chefe do Executivo Municipal, uma rigorosa fiscalização pela EMHUR e pela secretaria de obras de Serviços Público do Município nas áreas que estão hoje invadidas para proteger a propriedade privada. Eu tenho inclusive sérias informações e denúncias, lá no bairro Nova Canaã, uma propriedade da Igreja Católica, foi também invadida, como a Igreja, observando os preceitos da pastoral dos sem-terras, o Bispo foi lá, eu quero prestar essa informação ainda não muito concreta, mas uma Presidente de Associação de bairro me passou essa informação. Então o Bispo foi lá e disse: tudo bem, admito a invasão desde que vocês paguem R$ 1000,00 por cada lote de terra. É bom dizer que essas terras que anteriormente foram da Diocese de Roraima foram desapropriadas pelo Governo do Estado e doadas posteriormente para a Igreja Católica e hoje essas invasões, a partir do momento que não tem no Município uma política séria com relação a questão das edificações, há essa permissiabilidade pela omissão dessas invasões. Então nós estamos pedindo da Presidência da Casa que legalmente oficie ao Prefeito Municipal pedindo providências nesse sentido. Até porque do contrário Senhora Presidente, não apenas o meu ou o seu imóvel, mas de qualquer cidadão está sujeito a essas deputações. Eu confesso que fiquei surpreso e estou surpreso porque ninguém toma uma providência. E quando o Conselho Henrique Machado agiu com as próprias mãos para defender o seu patrimônio, teve alguém ainda aqui se sentiu surpreso com a posição do Deputado, que hoje é conselheiro. Eu entendo perfeitamente bem que nós temos o dever e a obrigação instâncias. Então esse seria um registro no Grande Expediente para se tornar este

requerimento oficial, mesmo sendo um Requerimento verbal. Eu peço apenas que a Presidência da Casa elabore esse documento, a fim de coibir esses abusos. Agora uma notícia não muito agradável, nós tivemos uma informação triste: a Escola Agrotécnica do Governo do Estado instalada lá no Monte Cristo, foi repassada para a Universidade Federal de Roraima, para que ali fosse ministrados os Cursos. O Curso técnico, o curso intermediário, para um estado que tem a agropecuária, uma das suas vocações da economia de sustentação, foi desativada, hoje está os tratores, todos os bens da Agrotécnica, sendo deteriorados pelas intempéries do tempo, Puxa vida, que falta de cuidado. O Vereador Laranjeira me disse ontem, "Roraima é a terra do já teve", nós tivemos tão recentemente uma escola Agrotécnica, dinheiro gasto dos cofres públicos para dá oportunidade inclusive na sua maioria, há filhos de produtores rurais que mandavam para Boa Vista seus filhos para se formarem em técnica de agropecuária, em técnica de agricultura, em técnica de hortifrutigranjeiro, enfim está inerente ao homem do campo. Hoje descompromissadamente esses homens, inclusive eu quero colocar essa culpabilidade ao ex-Reitor da UFRR, Sebastião Alcântara, porque desativou a Escola Agrotécnica. Se hoje a UFRR ministra um curso de Agronomia, nada mais justo de que a UFRR reativasse a Escola Agrotécnica para que ali fosse ministrado o curso de Agronomia e evitasse que desperdícios tão grande, com recursos do povo, fossem comprovadamente levados a lama, ao céu, como tratores e outros bens pertencentes a Agrotécnica, sendo deteriorado pelas intempéries. Nesse requerimento, quero que essa parte seja transformado a título de Requerimento verbal e Vossa Excelência representante deste poder oficiasse ao Governo do Estado pedindo providências nesse sentido, que intercedesse junto a UFRR para tornar nulo de pleno direito a transferência da Agrotécnica para UFRR e fosse ali reativada os cursos anteriormente ministrados pela Agrotécnica, atendendo as necessidades básicas do homem do campo. Fica aí registrado esses dois episódios para a próxima sessão o seguinte: TCE desconheceu pedido de suspensão contra Conselheira, eu quero dizer que nós estamos encaminhando documentos aos Deputados Federais do nosso Estado, a fim de que proponham uma emenda Constitucionais, a fim de que os Tribunais de Contas do Brasil sejam mudados as suas características com relação as suas nomeações, seja realizadas através de concursos Público, de Provas e Provas de Títulos, a fim de melhorar e mudar os conceitos dos Tribunais de Contas, que deixaram de ser técnicos para serem tribunais políticos, eminentemente políticos. Vereadora **SÔNIA BACELAR** - Senhores Vereadores, público aqui presente, a nossa passagem hoje no Grande Expediente, é curta, mas para lamentar realmente, agora nós já não estamos entendendo nada sobre a política do nosso Estado, ontem, lamentavelmente a "Folha de Boa Vista", trazia um Título dizendo o seguinte: "Prefeitura não devolve máquina do Estado" e hoje tem no jornal: "Governo vai a Justiça contra a Prefeitura requerer máquinas", ora meus Senhores, as chuvas estão chegando, ontem logo após a reunião que eu tive com os membros das Comissões, nós saímos para dar uma volta nos bairros, fomos ver os problemas de drenagem, das valas e realmente a Prefeitura vem trabalhando, não está sendo fácil, porque aqui nesta Casa mesmo, quando chega na época do inverno, nós, quando eu digo nós, não é só a bancada de oposição, mas nós também, vamos até a Prefeitura, até a Secretaria de Obras, cobras a agilidade nos trabalhos para que aquelas pessoas nos bairros periféricos, não venham sofrer tanto com as alagações e a Prefeitura

está aproveitando esta estiagem, que já era para está chovendo e tem trabalhado, não precisamos ir longe, mas aqui na cidade vizinha, em Manaus, nós estamos vendo o exemplo de parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal. A cidade mudou, eu fui criada no Amazonas, morei dezesseis anos e sei o que era a cidade de Manaus e estou vendo o que é hoje. A onde não há parceria do Governo do Estado e a Prefeitura, realmente, lamentavelmente, quem paga é o povo. Porque eu já disse várias vezes, que nós achamos que os nosso representantes, tanto do Executivo Estadual como do Municipal têm que deixar de lado as suas vaidades pessoais, seus problemas pessoais, sua sigla política e tentar sentar numa mesa, pelo bem e pelo o desenvolvimento do nosso Estado, porque desta forma como está aqui não vamos conseguir nada. Eu acho que seria hora tanto do Prefeito como do Governador parar com essas briguinhas que não está levando a nada e começarem a trabalhar em união, pelo menos pelo bem do Estado. As máquinas que hoje se encontram na Prefeitura, elas estão fazendo o trabalho de drenagem nos bairros, elas estão trabalhando, porque retirar essas máquinas agora. Aqui diz: "As máquinas foram passadas pelo Dr. Hercildo", mas estava no DER desde de dois anos atrás, só que na época estava ainda valendo o acordo entre o Governador e o Prefeito, nós acreditamos que esses problemas pessoais tem que ser deixado de mão, porque o povo do nosso Estado está sofrendo e vai sofrer muito mais. Com aparte o Vereador **JESUS LARANJEIRA** – graças a Deus, estão brincando só os dois Poderes Executivos, o Municipal e Estadual. A época em que a Prefeita Teresa Jucá, brigava os três poderes, um atrapalhando o outro. Graças a Deus que nós agora, a Câmara de Vereadores, não procuramos atrapalhar, nem Prefeito, nem Governador, nós procuramos de todos os dois, serviços, e não atrapalhamos com CPI e essas coisas todas graças a Deus que esta Câmara está se comportando no seu papel de representante do povo. Continuando a Vereadora **SÔNIA BACELAR** – Justamente, eu acho que o Executivo Municipal e Estadual deveria se espelhar na Câmara Municipal e procurar que aqui nós temos Vereadores de situação de oposição e nem por isso, como Vossa Excelência colocou, ninguém atrapalha os trabalho de alguém, eu acho que o Governador do Estado, Dr. Neudo Ribeiro Campos deveria refletir um pouco mais. As máquinas estão trabalhando para a comunidade, não é para o Ottomar de Souza Pinto, ele deveria fazer uma reflexão e pensar, o inverno vem chegando. A Prefeitura não tem condições, todos os políticos do Estado sabem a dificuldade que é para a Prefeitura trabalhar neste Município. Eu acredito que está na hora de parar, pensar e olhar que do outro lado estão as pessoas que elegeram esses representante e tratar pelo menos com respeito essas pessoas que merecem, muito obrigada. Vereadora **EUGÊNIA GLAUCY** – Digna Mesa, Senhora e Senhores Vereadores, demais aqui presentes, dando enfoque ao pronunciamento da Senhora Presidente, ontem nós colocamos aqui, na oportunidade de usaremos esta Tribuna, neste expediente, nós colocamos que a política tem uma vertente que é o povo, só que nesta vertente, são encontrados inúmeros obstáculos , e dentro deste grupo de obstáculos estão as questões pessoais, quando nós falamos na manchete de que UDRS estava exigindo que o Município exigisse as máquinas não se pensou em nenhum minuto na situação do povo, não se pensou em nenhum minuto na sancionalidade climática, não se pensou absolutamente, na condição de vida da população de Boa Vista, o importante é tirar, porque se tirar, vai coibir o trabalho do Prefeito e coibindo o trabalho do Prefeito, ele não aparece politicamente e acontece o inverso. Esse é o pensamento

administrativo que nós sentimos com a notícia do Jornal, passa a ser um pingue, só que nesse pingue, o alvo passa a ser o povo, quem apanha é o povo e o povo passa a não ser, beneficiado pelos serviços que são obrigados pelo poder público, uma vez, como sempre digo, são financiados pelas as arrecadações dos nossos tributos e por conseguinte isso não é propriedade nem do Governador, nem do Prefeito, é propriedade do povo, são máquinas adquiridas para o bem público, são máquinas adquiridas com o erário do povo, dos nossos tributos, portanto elas não pertencem ao Governo do Estado, elas não pertencem ao Município, elas pertencem ao povo e que está a disposição do povo para fazer limpezas de valas, limpezas de ruas e não está prestando serviços em fazendas desses proprietários amigos aí da corte. Tem que acabar com esse encastelamento de serviços públicos que só tem direito as pessoas que estão ligadas ao administrador de uma forma direta. O povo de modo genérico, de forma geral está perdendo o seu direito a adquirir os benefícios da máquina pública. Portanto fica aqui o meu protesto pela a atitude do Diretor do DER em querer seqüestrar as máquinas que estão a disposição do povo no Município de Boa Vista, uma vez que os cidadãos, eu insisto em dizer, essa minha tendência municipalista é por uma única razão, é pelo meu entendimento de que eu vivo num município. As pessoas nascem, crescem, vivem, adoecem e morrem no município, portanto, ninguém pode ir na contra mão da cidadania, nós estamos vivendo numa cidade e todas as ações têm que sr voltadas para a cidade. A estadualização das ações públicas cria um verdadeiro caos, até porque as condições administrativas são como eu falei antes, de encastelamento de endeusamento de se tornar verdadeira monarquia. Eu estava lendo no jornal um dado com relação a gravidade na adolescência, há muito tempo nós vimos aqui nesta Tribuna e falamos na necessidade de se instituir um atendimento específico para essas gestantes adolescentes, não fomos ouvidos, está aí as estatísticas mostram e são sub-registros porque a maioria dos casos não é registrado a incidência de gravidez na adolescência é muito alta. Há necessidade de que o poder público se posicione e adote medidas para prevenir essas, porque quando nasce uma criança de uma mãe adolescente, a tendência daquela criança é mortalidade infantil, 80% pelo menos. Ontem vi que os dados de mortalidade infantil do Estado de Roraima superam as expectativas do Ministério da Saúde. Nós estamos na Região Norte e querer dizer para a população que a mortalidade infantil em Roraima está diminuindo , é querer tampar o sol com a peneira, porque o que nós sabemos é que não existe, um serviço de vigilância epidemiológica eficiente, não existe um serviço de epidemiologia atuante, em nenhum nível, nem no Federal nem no Estadual e nem no Municipal, porque falta organização do sistema epidemiológico e nós não podemos dizer aqui que a mortalidade infantil no Estado de Roraima está diminuindo, é porque na verdade, são sub-registros, não são registrados como deveria ser, então dizer que a mortalidade infantil em Roraima está caindo é mentira porque a região norte e nordeste no Brasil é recorde, faltam ações políticas para melhorar o atendimento materno infantil e por conseguinte não seria Roraima, que iria diminuir nesse contexto genérico onde as suas condições de saúde não são as melhores, adiantando que o sistema terciário está muito bem organizado aqui, concordo plenamente, o sistema primário de atendimento está tentando se organizar com programas de atendimento a famílias, isso realmente nós temos que admitir, está funcionando assim como o programa de agente comunitário de saúde, que é essa a via para se resolver o problema de mortalidade infantil, então fica aqui o

registro de que nós entendemos, que a mortalidade infantil no estado de Roraima, ela não está diminuindo, o que está acontecendo, são sub-registros, que o sistema de saúde em todos os níveis, não estão registrando adequadamente, nós acreditamos mais nisso, do que na possibilidade de diminuição, porque dando enfoque, nós sabemos que a região norte a nível de Brasil, é recorde na mortalidade infantil, então o que nós precisamos é formar um grupo de pressão em cima do Poder Formal, para que eles nos informe corretamente os dados, que se organize um grupo de Epidemiologista, para que esse grupo estude e registre devidamente os casos de mortalidade infantil e não tende mostrar para a população que o mesmo está diminuindo, até porque, nós estamos num contexto de uma nação onde a saúde é preferida em todos os níveis de Governo. Ainda dando continuidade ao meu pronunciamento eu quero parabenizar a Mesa Diretora, pela iniciativa do atendimento a saúde aqui dos funcionários desta Casa, eu acho que o exemplo tem que vir realmente de Casa, então essa Mesa está de parabéns de trazer a unidade móvel de saúde, de trazer ações que muitas vezes não estão acessíveis até por questões da carga horária destes funcionários. Ainda dentro da saúde discuto, falo, coloco a minha opinião, porque ela é uma opinião de cobrança de um grupo de pressão que eu me considero fazer parte de um grupo de pressão em cima do grupo formal de atendimento à população. Nós temos tido experiências muito amargas com relação as discriminações de sistemas de saúde, uma vez que o nosso país determina, que nosso sistema é único, com uma hierarquia com uma regionalização e uma hierarquia de atendimento onde o cidadão é a figura principal e a ele não pode ser negado nenhum tipo de atendimento , só em caráter de protesto. Os pacientes que são solicitados ultra-sonografias, que são encaminhados principalmente ao Hospital Materno Infantil, quando a solicitação está escrita SUS, Prefeitura Municipal de Boa Vista, essas pacientes não são atendidas, são relegadas, são subestimadas no momento de marcar e é dito que a maternidade não faz ultrason para a Prefeitura, porque ali não é a Prefeitura, ali é um cidadão, a lei, o artigo 196 da Constituição Brasileira garante ao cidadão um atendimento em qualquer esfera de governo, até porque o sistema é único. Deixo bem claro que as minhas queixas no que diz respeito à saúde, elas não são só porque eu trabalho no setor de saúde, se eu não trabalhasse eu as farias também, porque o maior patrimônio que um ser humano tem sob este céu é a sua saída. É por isso a minha importância a ela, a qualidade vem principalmente do substrato da saúde, a pessoa pode ter o maior patrimônio do mundo, se não tiver saúde é mesmo que não ter nada. Então os nossos questionamentos partem desses princípios da qualidade de vida e da necessidade de atender a cidadão boavistense, naquilo que merecem, muito obrigada. Após a Ordem do Dia, passou-se para as **EXPLICAÇÕES PESSOAIS.** Vereador **NACIMENTO** - Senhora Presidente, Senhor Secretário, Senhores Vereadores, públicos presente, faço uso do Horário das Explicações Pessoais para registrar com satisfação a atuação da nossa Presidente, visto que no momento em que nós estamos vivendo, um momento de crise no nosso país, crise em todos os níveis, crise na economia, crise na Saúde. Nós sabemos nos desenvolver das ações do Governo Federal no que concede a saúde, nós tivemos a implantação e um imposto que tinha por objetivo único fomentar reduzir a miséria do atendimento médico do país, posteriormente tivemos esse imposto aumentado em quase 100% e o que nós temos hoje visto em nosso país é que esses recurso são desviados da sua finalidade consequentemente todas as pessoas que não tem condições principalmente de

pagar uma consulta médica, de ir a uma clínica particular, essas pessoas são penalizadas. E a atuação da Senhora Presidente, nesse mister, é de fundamental importância para o atendimento da classe de funcionários desta Casa. Quero deixar o meu apoio, a minha satisfação, com essa atitude e dizer que é dessas atitudes que nós estamos precisando para que essa Casa Legislativa esteja cada vez mais a frente das ações das políticas do nosso Estado. Vereador **OTONIEL FERREIRA DE SOUZA** – Eu quero me manifestar sobre o que abordo no Grande Expediente, estendendo mais precisamente o Requerimento que fiz verbalmente afim de que seja oficiado ao Prefeito, solicitando uma fiscalização extremamente rígida sobre essas questões das invasões. Eu queria justificar esse Requerimento, estão sendo dilapidado e esbulhado o patrimônio alheio e se o município determinar que a Secretaria de obras intensifique uma fiscalização rígida sobre essas invasões, evidentemente ali será cessada essa prática de violência ao patrimônio alheio com isso evidentemente nós preservaríamos o direito do cidadão e a Prefeitura exerceria o seu Poder de polícia contido no código de Posturas e Edificações. O outro aspecto que nós gostaríamos de dizer em Explicações Pessoais e não tivemos tempo no Grande Expediente e com relação ao Tribunal de Contas, vejam só, se nós fossemos fazer uma Pequena retrospectiva, sobre a existência do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, nós íamos constatar que dos sete conselheiros nomeados pelos Governadores, apenas o Dr. Marcos Rafael de Holanda Farias e o Dr. Manoel Dantas Dias, preencham os requisitos de serem conselheiros de Tribunal de Contas como estabelece o Art. 235 da Constituição Federal, ou seja, por quê? O Dr. Essem Pinheiro é sobrinho do Governador, o Dr. Lauro Moreira, é cunhado do ex-Governador. Quando do ato de nomeação, é, não tem os cursos exigidos no mesmo Art. 235, o Dr. Reinaldo Neves, a mesma questão, o ex-Conselheiro Amazonas Brasil, a mesma questão, a Dra. Cilene Lago Salomão, a mesma questão, ou seja, todos indistintamente, não preencham os requisitos estabelecidos na Constituição Federal, ademais, nós temos que ver, que o Art. 235, fala sobre: Reputação ilibada, conduta moral, conhecimentos notórios jurídicos nas áreas de Administração, Economia, Contabilidade e Advocacia, puxa, só dois recentemente, o Sr. Governador nomeou o Ex-Deputado Henrique Manoel Fernandes Machado é de se lamentar, e o que é mais preocupante ainda, nenhum dos Conselheiros emite um parecer técnico nas prestações de Contas dos Municípios e do Estado, os pareceres prévios desses tecnocratas eles dados politicamente dependendo de quem é o político que está no Poder para que eles possam proferir as suas decisões, hoje eles são contra o atual Prefeito, na época era a favor porque era Governador do Estado, ora se pensarmos bem que o Tribunal de contas do Estado tem que ser um órgão eminentemente técnico para emitir pareceres técnicos sobre essas questões, nós estaríamos resguardando o direito do cidadão, porque independentemente de você ser aliando político, você tem que reconhecer o direito daquele que tem suas contas discutidas para as suas aprovações. Ora, vejam um paradoxo muito grande, para você ser auditor do Tribunal de Contas, você tem que fazer um concurso público de provas e provas de títulos e para ser Conselheiro tem que ser nomeado. Esse mesmo fato ele vem do Tribunal de Contas da União, Tribunal de Justiça, os Superiores Tribunais de Justiça e o Supremo Tribunal Federal. Eu acho que se nós quisermos lisura, se nós quisermos respeito, se nós quisermos pareceres técnicos, eminentemente técnicos independentemente de quem esteja no poder é preciso que o concurso público seja realizado, até porque para lá irão com

certeza técnicos capacitados, porque vão exercer uma prova ministrada por órgãos competentes como a Fundação Getúlio Vargas, esse sim eu acho que seria o caminho. Agora pela servidão, como disse o Vereador Parimé Brasil, ora a vitaliciedade isso é um perigo iminente, o cara é nomeado pelo Governador, as contas do Governador estão apodrecidas, mas em função da Servidão, em função de ter aquele Governante ter lhe oferecido ou tenha doado um cargo vitalício de Conselheiro do Tribunal de Contas, ele pega e emite um parecer favorável e se ao mesmo tempo o administrador for de posição política ex-adversa, esse mesmo Conselheiro desconhece a lisura, desconhece o caráter, o respeito com as contas e lhe emite o parecer contrário. Ora, são dois pesos e duas medidas, eu sou contrário literalmente contra isso e vou como eu disse sugerir dos nossos três senadores da República e dos nossos oito Deputados Federais que proponham uma emenda a Constituição Federal, extensiva evidentemente por analogia as Constituições Estaduais, afim de que seja a partir de então todos os cargos abertos dentro dos Tribunais de Contas, Tribunal de Justiça, Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, dê concurso público para nomeação de seus ministros e de seus Desembargadores e consequentemente de seus Conselheiros. Vereador **JESUS LARANJEIRA** – Senhora Presidente, Senhor Secretário, Senhoras e Senhores Vereadores, meus senhores e minhas Senhoras, faço uso das Explicações Pessoais para em primeiro lugar levar os meus parabéns à Mesa Diretora na pessoa da Presidente Sônia Bacelar pela festa programada para o dia das mães, mas pela semana das Mães aqui na Câmara de Boa Vista. Quero dizer que dentro das minhas pequenas possibilidades vou ajudar no possível, com respeito ao churrasco que será servido lá no CAT. Dentro das minhas possibilidades vou dar ajuda que eu posso e quero dizer que é uma satisfação muito grande, fiquei até surpreso, hoje, quando cheguei e já vi aí a unidade móvel de saúde dando assistência as mães funcionárias, isso é muito bom porque muitas das senhoras que aqui trabalhar não tem a oportunidade de serem assistidas, dizia o companheiro Nascimento que a saúde está caótica no Brasil, se no Brasil ela está caótica, no fim do Brasil que deveria ser o começo, mas que é o fim infelizmente, ela já passou do caos. A saúde em Roraima não tem mais saúde, então é alvissareira essa proposta da nossa Presidente de trazer essa unidade móvel para dá essa assistência as mães que aqui trabalham. Não é só a saúde que está caótica em Roraima não, hoje eu peguei o jornal e uma das escolas tradicionais de Roraima, a Escola Ayrton Senna paralisaram ontem as aulas e foram para rua pedir socorro, estudantes de mãos dadas com os professores, os estudantes pedindo que fossem completado o quadro de professores e os professores pedindo condições para trabalhar, quer dizer, é alarmante a situação no Estado, é uma escola do Governo Estadual, é uma das escolas que não tem aquela faixada de escola padrão, mas se a gente levar em conta a posição dos alunos que ali estudam, é uma das escolas padrões de Boa Vista, se levando em conta o problema social, os professores na rua pedindo condições de trabalhar e os alunos de mãos dadas pedindo professores que faltam nas cadeiras daquela escola. Saúde morta, educação agonizante e segurança sem existência, essa é a realidade de Boa Vista, essa é a realidade de Roraima e ninguém pode dizer que não, está aí na rua. Nós estamos vendo todos os dias e esse Vereador não vai parar de clamar por mais segurança, por melhor educação e por melhor saúde para o boavistense e para o roraimense. Não havendo mais nenhum Vereador inscrito nas Explicações Pessoais, a Senhora Presidente agradeceu a presença de

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

todos e declarou encerrada a Sessão. Plenário **"ESTÁCIO PEREIRA DE MELLO"**, Boa Vista – RR, em 05 de maio de 1999. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

SÔNIA MARIA BACELAR FERREIRA
Presidente

ANTÔNIO F^{co} BESERRA MARQUES
1º Secretário